



Interpelação Parlamentar ao Governo Regional: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Deixem-me que comece este discurso com um testemunho pessoal. Tenho perfeita consciência da imprudência do que aqui vou fazer. Uns dirão que o faço por oportunismo político e outros por má consciência. Mas o que me interessa é a motivação que impera na minha alma e essa não é outra que a vontade de dar um pequeno contributo no esforço de combate à pobreza e exclusão social.

Deixem-me gritar a todos os pobres, do alto desta tribuna, que a pobreza não é um destino inevitável de todos os que nascemos pobres. Que a pobreza é um vilão covarde que pode ser vencido com a determinação dos que amam a justiça e os nossos semelhantes.

O que vos vou contar não é nenhum segredo. Nunca fiz nenhum segredo do meu passado. Na minha terra todos o conhecem. Os meus amigos, e muitos dos que me conhecem, sabem a sorte imensa que eu tive. Mas eu quero, nesta ocasião em que finalmente se concebe uma estratégia regional de combate à pobreza, que muitos outros a conheçam. Quero que a conheçam para combater o preconceito, que é a mais dolorosa forma de exclusão porque pretende ferir o coração e a alma dos filhos e netos dos pobres.

Sou um dos 16 filhos de uma família muito pobre. No momento em que nasci não tinha quase nada e o meu futuro não era muito diferente daquele que aguardava outras crianças pobres por todo o país. A pobreza herda-se, senhores deputados. Nascer pobre significa começar o jogo da vida a perder por vinte a zero. Significa jogar um jogo viciado à partida. No final, é quase impossível ganhar o jogo que os nossos avós e pais perderam porque também já o jogaram com as regras injustas que outros lhes impuseram. É assim há demasiado tempo.

Eu, senhores deputados, tive apenas sorte. Fui adotado, quando tinha apenas 3 meses, por aqueles a quem eu chamei toda vida pais e



que jamais esquecerei. Agradeço-lhes e amo-os profundamente. Tive as condições que os meus irmãos naturais não tiveram. Por isso tive um aproveitamento escolar semelhante aos que não eram pobres.

Na verdade, não fiz nada de extraordinário. Limitei-me a obter resultados iguais aos outros, com meios iguais ou semelhantes aos outros. Conheço histórias de vida - todos os que aqui estão conhecem - de crianças e jovens excepcionais que quebraram o ciclo de pobreza onde nasceram através de uma força de vontade e de um sacrifício pessoal extraordinários. Não precisaram da sorte que eu tive. Da carambola que o destino me concedeu.

A pobreza não é uma herança genética. A pobreza é a herança e a soma de muitas injustiças. É o que resta das grilhetas da escravidão do passado. A pobreza é a soma do muito que não se fez e que se poderia ter feito nesta nossa época de maior prosperidade. A pobreza é a soma de muitos olhares de indiferença e do preconceito absurdo que sobrevive em demasiadas pessoas.

A pobreza também é feita da resignação de muitos. Dos que acreditaram nas histórias que lhes contaram. Dos que se resignaram ao destino vivido pelas gerações que os antecederam. A estes é preciso transmitir-lhes o vírus da insatisfação e da vontade de lutar contra a injustiça e o jogo marcado do ciclo vicioso da pobreza.

É preciso dizer-lhes que os sonhos não acabaram. Que as revoluções ainda são possíveis e que não têm de esperar mais uma geração para corrigir injustiças que não podem manter-se durante mais um único dia. Uma revolução não precisa de ser feita contra outros homens e contra Deus. Do que eu falo é de uma revolução nas mentalidades e nas prioridades da governação. De combater a injustiça com a justiça. A indiferença com a solidariedade e o humanismo.

Corrigindo erros antigos da nossa história e abandonando muita da arqueologia ideológica do passado, acho que o velho grito de guerra às injustiças ainda merece ser gritado com ímpeto de outros tempos:

De pé, ó vítimas da fome!



Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Vivo permanentemente insatisfeito com o que faço. Acho sempre que tenho a obrigação de fazer muito mais. Que deveria ter feito muito mais. Mesmo quando não o digo, é isso que penso. Reconheço essas mesmas insuficiências na luta contra a pobreza.

Ainda assim, permito-me referenciar aqui que, em 2012, agendei uma interpelação parlamentar ao Governo Regional sobre este mesmo tema. Disse, em 2012, que **“as situações de pobreza estão a aumentar de forma inaceitável na nossa Região. Temos de articular um plano de emergência e de atacar de forma eficaz o problema e adiar investimentos em prol dos mais desfavorecidos. Não estamos a fazer tudo o que é possível fazer. Temos a obrigação e os recursos para fazer muito mais”**.

Disse também na altura que **“a educação tem de ser a prioridade das prioridades nestes tempos de crise. Nenhum outro serviço público é tão decisivo no combate ao ciclo da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades”**. Continuo a manter a mesma opinião, que manifestei na altura.

Especificamente em relação à ilha de São Miguel observei que **“os senhores sabem que, por exemplo, na ilha de São Miguel estes problemas começam a ter um impacto muito real. Fala-se muitas vezes da ilha de São Miguel como uma ilha que é beneficiada em todos os sectores, mas esta ilha tem grandes diferenças sociais. Tem uma estrutura social muito desequilibrada”**. Disse o que todos sabiam e intuía, mas disse. Disse!

Em janeiro de 2017, depois de conhecer os resultados desastrosos e muito abaixo da média regional da ilha de São Miguel no PISA 2015, referi, num requerimento, que **“existem políticas específicas para as ilhas da coesão e mesmo a ilha Terceira conta com um programa específico e majorado de intervenção e investimento devido aos efeitos da diminuição da presença militar norte-americana na Base das Lajes. E São Miguel? Não tem problemas? Não existem sectores em que a ilha está a**



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

atrasar-se em relação às outras ilhas? Justifica-se olhar para o lado só porque a ilha não enfrenta, para já, o fantasma do despovoamento que está a afetar a quase totalidade das restantes ilhas açorianas? Na perspetiva do PPM, a ilha de São Miguel necessita, urgentemente, de um plano específico de apoio para algumas áreas”.

Os dados demolidores do diagnóstico que presidiu à elaboração da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social confirmaram os piores cenários e as piores sensações. A partir de agora é inevitável preparar um plano específico para a ilha de São Miguel, em especial nas zonas mais afetadas pelos mecanismos da desigualdade e da pobreza. Nada pode continuar igual.

Orgulho-me também de ter promovido, com o apoio de todos os grupos e representações parlamentares, um **grupo de trabalho para “analisar e avaliar as políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças”**. Fizeram-se alguns avanços.

Nestas circunstâncias, valorizo o facto de o Governo Regional ter reconhecido, finalmente, a necessidade de elaborar uma “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social”. Perdeu-se muito tempo, mas finalmente a realidade impôs-se à incapacidade política para assumir problemas e realizar alguma autocrítica.

É preciso ter em conta que muitas das regiões autónomas espanholas já elaboram planos de combate contra a pobreza desde 2003. As Canárias aprovarão, ainda este ano, o segundo plano de combate à pobreza. De acordo com o Governo Regional das Canárias, “o plano de combate à pobreza será de todos, ou não será!”

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Tenho de dizer que a proposta de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 parte de um “diagnóstico de situação” devastador.

Os dados são arrepiantes:



- **A esperança de vida mais baixa do país** (77,15 anos – dados de 2015);
- **Uma taxa de fecundidade na adolescência que duplica a média nacional** (17,4; ‰ – dados de 2015);
- **Os níveis de consumo de substâncias psicoativas mais altos do país, com particular gravidade para a população mais jovem;**
- **Um enorme número de utentes sem médico de família, em especial nas ilhas de São Miguel e da Terceira;**
- **Taxas de retenção e desistência no ensino regular muito superiores às registadas no resto do país, em especial no ensino secundário;**
- **No âmbito do emprego uma taxa de atividade mais baixa que a média nacional** (69,5% e 74,1%, respetivamente);
- **Uma classe média raquítica, como resulta do facto de apenas 8,7% dos trabalhadores açorianos se situarem num intervalo de rendimentos entre os 900 e os 1200 euros, o valor mais baixo do país e muito inferior à média nacional que é de 12,8%;**
- **As taxas de desemprego jovem mais altas do país; no primeiro trimestre de 2017, cerca de 5800 jovens açorianos, entre os 15 e os 24 anos, não estavam empregados, nem frequentavam o sistema educativo ou realizavam qualquer formação, correspondendo a 17,8% dos jovens açorianos, uma taxa muito superior à média nacional que é apenas de 9,1%;**
- **Os Açores possuem o menor nível médio de rendimento familiar;**
- **A taxa de pobreza monetária (28,3%) está nove pontos acima da média nacional (19,1%);**
- **Os Açores possuem a mais alta taxa de beneficiários do RSI** (7,5% da população residente, quando a média nacional é de apenas 2%).



Os dados são péssimos. O Governo Regional tem, obrigatoriamente, de assumir responsabilidades e de fazer uma autocrítica profunda ao seu desempenho nos últimos 21 anos.

A desculpa clássica de qualquer governo é que questões como a pobreza só são passíveis de ser resolvidas com tempo. É necessário o tempo de uma geração. Ora tempo é o não faltou ao Partido Socialista, que soma um dos períodos de governação mais longos da História dos Açores.

Os governos PS tiveram uma oportunidade única para alterar profundamente a história da pobreza na Região. Tiveram a sua oportunidade e falharam de forma clamorosa.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Devo dizer, com inteira clareza, que considero que a proposta da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 possui muitas fragilidades. Tem um carácter demasiado conceptual e teórico. A operacionalização de um documento com estas características é sempre muito problemática.

Pode afirmar-se que existe a possibilidade da mesma integrar ainda muitas propostas da sociedade civil e dos partidos, mas a verdade é que a mesma possui uma natureza esquemática demasiado rígida, marcada pela adoção acrítica de programas governamentais em execução ou já previstos no Programa de Governo. Qualquer alteração substancial terá dificuldades óbvias de encaixe e integração num plano tão esquematizado e tão marcado pelas práticas e dogmas governamentais. Na prática – só para simplificar através de uma imagem – seria como integrar as teorias de Galileu na Idade Média.

Predomina uma visão assistencialista e existem muito poucas – para não dizer nenhuma – alterações à abordagem estratégica tradicional do Partido Socialista. O Governo Socialista comporta-se como uma espécie de D. Sebastião que tem uma segunda oportunidade na batalha de Alcácer-Quibir, mas que decide repetir integralmente a estratégia. Inevitavelmente, a derrota também se repetirá.



Meus senhores!

Antes de concluir esta primeira intervenção pretendo colocar algumas questões ao Governo Regional.

1 – O Governo da Comunidade Autónoma das Canárias, de acordo com as suas últimas declarações, estima gastar cerca de 22 milhões de euros no Plano de Combate à Pobreza. O Governo Regional possui já alguma estimativa em relação às verbas que alocará a esta Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social?

2 – O Governo Regional admite assumir diretamente funções que atualmente são executadas por entidades quase totalmente financiadas por meios públicos, mas que não revelam uma utilização eficaz e escrupulosa dos meios colocados à sua disposição?

3 – O Governo Regional admite a possibilidade – eu diria a necessidade – de criar incentivos fiscais e apoios ao investimento majorados em alguns dos concelhos de São Miguel mais afetados pelos fenómenos da pobreza e da exclusão social?

4 – O modelo tripolar de centralização da estrutura governativa da Região apenas em três cidades: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta está esgotado e prejudica os outros concelhos dessas ilhas e de outras ilhas que reúnem as condições necessárias para receber esses serviços. Em particular nas ilhas de São Miguel e da Terceira, essa restrição estatutária não tem justificação prática. O Presidente do Governo Regional está aberto à discussão desse tema?

5 – Um dos problemas detetados no diagnóstico tem a ver com os baixos salários usufruídos pelos trabalhadores açorianos. O Governo Regional está disponível para aumentar o acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida?

6 – O plano tem uma natureza demasiado assistencialista. O Governo Regional considera, ou não, a hipótese de integrar na Estratégia de Combate à Pobreza uma vertente ligada ao fomento do crescimento económico e do conseqüente aumento da oferta de emprego?

Termino então esta primeira participação neste debate, não sem antes reafirmar a total disponibilidade do PPM para discutir e debater propostas nesta área.



Não aceito que os Açores estejam condenados a serem a região com o índice de risco de pobreza mais alto do país e também a região que apresenta as maiores desigualdades sociais. Temos de ser uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Temos de garantir que todos os jovens dos Açores terão, no futuro, iguais oportunidades. Não aceito menos que isso. Só seremos dignos de sermos recordados na história desta terra se um dia, na nossa geração, todos os jovens tiverem a oportunidade real de tocar os seus sonhos. Quando nenhum deixar de estudar por falta de dinheiro.

Não é uma quimera. É de justiça. Tudo o que é justo tem de ser possível.

Goethe disse um dia algo que gosto de recordar com frequência: "não sonhes sonhos pequenos, porque eles não têm o poder de mover os corações do homem".

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 16 de janeiro de 2018

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão